

ASPECTOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

MÁRIO LINS

O pensamento sociológico no Brasil, refletindo as condições gerais da sociologia na América Latina, tem atravessado várias fases no seu desenvolvimento histórico. O Prof. Rex Hopper, procurando traçar essa marcha evolutiva, aponta três principais períodos nessa evolução: (a) o período preliminar, que vai até 1850, onde predomina a especulação filosófica; (b) o período das teorias históricas e particularistas (1850 a 1900), dominado pelo espírito positivista e (c) o período de especialização sistemática, iniciado a partir de 1900 (1).

Esses períodos indicam, apenas, uma orientação geral, pois, no atual encontramos ainda vestígios dos anteriores. Não obstante os brilhantes esforços desenvolvidos, a fase sistemática não alcançou sua plena objetividade. Atentando para essa situação, pôde o Prof. Mendieta y Núñez observar recentemente que o ensino da sociologia na América Latina se acha em uma fase "anárquica", em face da disparidade e das divergências no que concerne ao seu próprio objeto, o que se manifesta através dos seus vários programas do ensino (2).

Esse estado de insatisfação, no que particularmente diz respeito ao Brasil, vem de ser focalizado pelo Prof. Guerreiro Ramos num ensaio sob o título — **O Processo da Sociologia no Brasil** (Rio de Janeiro, 1953), onde procurou abordar temas da maior atualidade. Através de sua análise chegou o Prof. Guerreiro Ramos às seguintes principais conclusões, em torno das quais gira o seu ensaio:

(I) O objetivo dos sociólogos é construir uma sociologia universal, "tanto quanto possível aproximada, quanto ao grau de abstração, da física ou da matemática", não obstante a "problemática específica do pensamento sociológico" em cada país;

(II) Esse ideal constitui, nos "países líderes do pensamento sociológico", um "sintoma de etnocentrismo", enquanto que nos "países culturalmente coloniais, é uma superfetação compensatória do complexo de inferioridade de certos elementos de elite";

(III) Há, nos "países colonizados ou descobertos", como o Brasil, uma tensão entre duas correntes de pensamento: "uma que representa o esforço de criação desses países e outra que consiste simplesmente numa glosa das orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros";

(IV) Essa última corrente constitui um "vício de alienação", ou uma atitude "consular", em face do processo de imitação por ela utilizado;

(V) Somente as "camadas populares são criadoras", não assim as camadas tidas como "cultas e elitárias", que se limitam a traduzir para o "vernáculo os produtos culturais de outros povos";

(VI) Os nossos problemas terão de ser resolvidos através de nossa própria técnica; "não podemos nos resolver com as soluções dos outros, porque todas as soluções são efetivas na medida em que forem peculiares";

(VII) A tarefa do sociólogo brasileiro será, então: (a) "neutralizar a influência do legado do transoceanismo, da tendência consular, legado este que goza ainda de muito prestígio" e (b) evitar o perigo de uma excessiva predominância do pensamento sociológico norte-americano que, pelo incremento de sua difusão, "vem-se constituindo num fator poderoso de obnubilação".

Alguns desses aspectos, não obstante a autoridade do ilustre sociólogo que os analisou, não me parecem devidamente focalizados, daí porque tentarei fazer a respeito algumas ligeiras considerações.

II

1. É inegável que a sociologia, como ciência, não pode deixar de tender para a universalidade. Sob esse aspecto, a sua estrutura teórica não se afasta das condições estruturais básicas à ciência em geral. Não obstante a relativa diferenciação quanto à realidade fenomenal de cada ciência, há uma estruturação isomórfica que, baseada em princípios funcionais invariantes, se superpõe a essa diferenciação, dando-nos a estrutura geral da ciência. Em toda ciência há essa tendência ao universal, embora ela se manifeste através de graus diferenciais, segundo o domínio de estudo de cada uma delas.

Como consequência da maior estabilidade dos fenômenos investigados pelas ciências ditas naturais surgem aí com mais evidência as condições da formulação da lei, enquanto que, nas ciências sociais, a maior instabilidade das suas variáveis torna por demais complexo o problema dessa formulação. Dificuldade, entretanto, não quer dizer impossibilidade científica, pois, o avanço da ciência consiste exatamente na superação dos obstáculos encontrados na sua marcha evolutiva. Desse modo, não pode a sociologia ser uma mera particularização de questões regionais, perdendo seu caráter de universalidade, para impregnar-se de uma pura nacionalização.

As proposições da ciência são sempre formalizações extraídas da realidade contextual em que ela opera. A ciência ao formular a lei procura isolar certas propriedades do real; as leis visam definir idealizações típicas (casos ideais). A não conformidade, maior ou menor, entre a "realidade" e a "lei" resulta de que os invariantes funcionais são sempre tomados por um processo de abstração (isolamento); e a lei torna-se, assim, um limite para o qual tende o real, à proporção que as condições do fato (por si mesmas ou pelo controle experimental) se aproximam das condições ideais, pressupostas na sua formalização (3).

Daí resulta que: (a) as proposições científicas re-

vestem-se sempre da forma condicional ("se... então"), por serem uma idealização típica; (b) os resultados da aplicação da lei variam, segundo o preenchimento de determinadas condições, se bem que a relação por ela expressa seja formalmente constante; (c) os desvios do tipo ideal nada mais são que os diversos graus da formalização, na sua conexão com a realidade empírica.

No que se refere à sociologia temos que a sua supra-nacionalidade deriva-se da tendência universal das suas proposições. Essas proposições, tendo um caráter genérico, aplicam-se onde quer que haja relações sociais, embora o seu conteúdo possa sofrer variações, segundo as condições contextuais se aproximem, com maior ou menor intensidade, do tipo ideal que a lei pressupõe.

Quando, portanto, se procura nacionalizar a sociologia, visa-se apenas o aspecto dessa contedução, desprezando-se, por incompreensão da estrutura lógica da ciência, o aspecto mais geral que ao mesmo se superpõe. Esses dois aspectos não podem, por'm, ser dissociados sob pena de abrimos cisões irreduzíveis na estrutura geral da ciência.

2. Se é um dos objetivos da sociologia, como ciência, formular proposições típicas de tendência universal, não há como ver-se nesse ideal um sintoma de "etnocentrismo", nem tão pouco de "complexo de inferioridade".

É a imparcialidade uma das características da ciência, a qual se obtém através de processos técnicos que, tanto quanto possível, nos garantem a objetividade das suas conclusões. Sendo ela uma técnica da concordância (4), manifestada sob a forma típico-universal, as suas proposições são válidas seja qual for o sistema tomado como referência. As suas proposições são invariantes funcionais que, pelo seu grau de abstração, se superpõem aos vários sistemas particulares.

A atitude científica é, assim, incompatível com o etnocentrismo, que se caracteriza pela tendência a subjetivar-se o próprio sistema de referência, a ponto de se torná-lo absoluto em si. O etnocentrismo particulariza a verdade, fazendo-a uma pura determinação local, enquanto que a ciência procura transpor essa localização através de uma invariância funcional.

Se, desse modo, a sociologia é uma ciência, terá ela de procurar os seus invariantes funcionais, sem que isso constitua quer uma atitude etnocentrista, quer de inferioridade.

3. A América Latina, em face das condições peticas no dizer do Prof. Alfredo Povina um "imenso laboratório sociológico" (5). As pesquisas, todavia, que se processam nesse "laboratório" precisam ser sistematizadas sob pena de tornarem-se caóticas. A unidade orientadora há de estar na teoria sociológica, que é um guia ao seu desenvolvimento histórico-cultural, consorcio de princípios lógico-conceituais, com uma base empírica.

Essa base teórica, imprescindível ao desenvolvimento das pesquisas, não é restrita a esta ou aquela nação, mas de caráter geral. Os princípios da sociologia não são válidos, apenas, em função do país a que pertencem os seus descobridores, mas de aplicabilidade geral, onde quer, portanto, que haja condições empíricas capazes de preencherem o conteúdo da proposição "se... então" (lei científica).

Não há, então, na apreensão desses princípios básicos um "vício de alienação". Este existiria se a ciência fosse local, pois, nessa hipótese, não havendo universalidade, as conquistas teóricas obtidas em um país seriam de todo inaplicáveis em outro diverso. Mas, se assim não é, a assimilação do que já se fez em outros centros somente poderá constituir uma virtude, não só porque são postas em dia as últimas conquistas da ciência, como também porque o seu conhecimento melhor possibilitará o desenvolvimento do próprio espírito criador.

A criação não se processa no vácuo, mas dentro de condições existenciais, que possibilitam o seu aparecimento. E dentre essas condições está o conhecimento aprofundado dos avanços no setor científico, que se pretende desenvolver. Para o desenvolvimento, portanto, desse próprio espírito criador, faz-se preciso que ele seja fortalecido pelas conquistas já existentes.

4. Não me parece que somente as camadas populares sejam criadoras, limitando-se as tidas como "cultas e elitárias" a traduzirem para o "vernáculo" o que se produziu em outros centros. Os avanços da ciência não podem provir diretamente da massa popular que, tendo um fraco poder de racionalização, é por si incapaz de impulsionar o espírito científico. Não que lhe falte propriamente disposição para criar, mas pelo fato de que essa disposição não se acha estruturada dentro de uma orientação crítica, capaz como tal de fazer avançar a ciência.

Esse impulso depende de um alto poder de abstração, que é tanto maior quanto mais elevada for a capacidade para racionalizar. Se a massa não detém esse poder, o qual se acha concentrado nas elites, resulta que por falta de base racionalizadora, impossível será que o impulso científico dela provenha. A massa é, apenas, fonte indireta, pois, da sua capacidade potencial para

criar é que surgirão as elites capazes de efetivar a criação.

Mannheim atentou, com muita agudeza, para esse problema quando, depois de apontar os vários tipos de elite (a política, a organizadora, a intelectual, a artística, a moral, a religiosa), mostrou que a função da elite intelectual, ao lado da estética e da moral-religiosa, é "sublimar" as energias psíquicas que a sociedade na vida diária não pôde plenamente absorver. Ela tem a complexa tarefa de desenvolver o "conhecimento objetivo, as tendências à introversão, à introspecção, à contemplação e à reflexão" (racionalização), que, sem um controle consciente, não poderão efetivar-se plenamente (6).

As elites, portanto, não desempenham uma função puramente passiva, de meras tradutoras de doutrinas estranhas, mas, segundo sua capacidade de criação, elas, abeberando-se nas fontes universais do conhecimento, impulsionam através de sua atividade construtora esse próprio conhecimento.

5. Não resta dúvida de que, em face da nossa relativa diferenciação histórico-social, temos problemas peculiares ao nosso meio social. Esses problemas, entretanto, se acham relacionados com os problemas gerais do mundo moderno. Cada época e caracterizada por um conjunto de problemas que lhe é peculiar, como decorre da própria evolução histórico-social. Dada a interdependência das relações inter-humanas, que no mundo atual mais a mais se estreita, em face da maior facilidade das comunicações, não temos problemas puramente locais, pois, todos eles participam das características gerais da época.

Para a compreensão desse aspecto da problemática sócio-cultural, faz-se preciso uma lógica funcional que, através de transposibilidades, relacione dinamicamente os vários sistemas particulares de referência. Sem essa lógica, que é uma superação da velha lógica aristotélica a dois valores opostos, somos forçados a cindir estáticamente a realidade para aceitarmos numa contraposição absoluta, quer uma pura "individualização", quer uma pura "universalização".

No que, então, ora nos concerne temos que, não só no Brasil, como em qualquer país, a peculiaridade dos seus problemas não é absoluta, mas entrosada nos problemas gerais da época, dos quais eles se derivam. Uma lógica estática nos leva a cindir esses dois aspectos, numa absoluta redução de um ou de outro, inadmissível cientificamente.

Daí decorre que, para o aperfeiçoamento da nossa própria técnica, necessitamos de conhecer os avanços técnicos, a que chegaram outros países na sua tentativa de encontrar solução para problemas similares. Essa técnica resulta de um conjunto de princípios que se expressam sob a forma condicional; esses princípios que, em face da sua idealização típica são genéricos, aplicam-se onde quer que as condições existenciais preencham o seu conteúdo.

É imprescindível, assim, o seu conhecimento sob pena de ficarmos num puro empirismo, não teoricamente estruturado.

6. É fora de dúvida que no Brasil não temos ainda um espírito teórico puro, que é fundamental para o avanço científico. Sem esse espírito, do qual a técnica decorre, não podemos contribuir para as grandes fases evolutivas da ciência sociológica. Isso, todavia, nada tem a ver com o fato de que tenhamos necessidade de estar ao par das conquistas alcançadas em outros centros. Significa, apenas, que sem esse espírito puro nós nos limitaremos a aplicar a técnica obtida em outros centros, sem que possamos, por nossa vez, impulsionar essa própria técnica.

Essa técnica, porém, por ser de aplicação geral, não é etnocêntrica; ela se superpõe, pela sua relativa validade lógico-formal, aos vários sistemas de referência.

7. Desse modo, a tarefa dos sociólogos no Brasil será dar à sociologia sua verdadeira função, enriquecendo-a construtivamente, ao invés de empobrecê-la por meio de um puro empirismo. Para isso faz-se necessário estruturá-la teoricamente, a fim de que as pesquisas aplicadas, apoiando-se numa base metodológica, possam ter coerência racional. Temos, assim, três fases relacionadas com esse processo de consolidação:

(a) uma delas consiste em termos atualizada a teoria sociológica, através dos avanços técnicos alcançados em outros centros;

(b) a segunda será relacionarmos a teoria e a pesquisa, de maneira que possamos, através de uma interrelação entre teoria e *praxis*, tornar mais eficiente entre nós a técnica sociológica;

(c) a terceira estará em, com base nessas fases precedentes, darmos a nossa própria contribuição para o desenvolvimento da sociologia como ciência. Essa última fase não poderá ser alcançada sem que

(Conclui na pág. 14)